



ACÓRDÃO Nº881/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11683/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsáveis:** Darlene Nascimento Marques, Sebastião Nunes da Costa, Jorge Silva da Costa, Rafael Alberto da Silva Gomes
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1538/2020-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Darlene Nascimento Marques**, responsável pelo FUNPREVIC, no período de 18/10/2017 a 13/11/2017, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Sebastião Nunes da Costa**, responsável pelo FUNPREVIC, no período de 07/12 a 20/12/2017, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Jorge Silva da Costa**, responsável pelo FUNPREVIC, no período de 01/01 a 01/03/2017, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº881/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Rafael Alberto da Silva Gomes**, responsável pelo FUNPREVIC, no período de 01/03 a 18/10/2017, 13/11 a 07/12/2017 e 20/12 a 31/12/2017, nos termos dos arts. 22, III, “b” da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.5. Considerar revel o Sr. Jorge Silva da Costa**, com fulcro no art. 88, do Regimento Interno desta Corte c/c o art. 20, parágrafo 4º, da Lei Estadual nº 2423/1996;
- 10.6. Aplicar Multa à Sra. Darlene Nascimento Marques**, no valor de **R\$ 3.000,00**, pelas impropriedades não sanadas no curso da Prestação de Contas, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Complementar nº 2.423/1996 (Lei Orgânica desta Corte), combinado com art. 308, VII, do Regimento Interno. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Sebastião Nunes da Costa**, no valor de **R\$ 3.000,00**, pelas impropriedades não sanadas no curso da Prestação de Contas, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Complementar nº 2.423/1996 (Lei Orgânica desta Corte) combinado com art. 308, VII, do Regimento Interno. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Jorge Silva da Costa** no valor de **R\$ 3.000,00**, pelas impropriedades não sanadas no curso da Prestação de Contas, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Complementar nº 2.423/1996



ACÓRDÃO Nº881/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

(Lei Orgânica desta Corte) combinado com art. 308, VII, do Regimento Interno. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Aplicar Multa ao Sr. Rafael Alberto da Silva Gomes** no valor de **R\$ 14.000,00**, com fulcro no art. 308, VI, do Regimento Interno c/c o art. 54, II, da Lei Orgânica, em virtude das significativas impropriedades remanescentes, já discutidas no bojo da Proposta de Voto. A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.10 Determinar à Origem que:

- 10.10.1.** Cesse a utilização dos serviços da Junta Médica vinculada ao FUNPREVIC, em virtude de descumprimento do disposto na Lei Federal nº 1.1917/1998 e da Portaria nº 402/2008, além de afronta ao princípio administrativo da legalidade;
- 10.10.2.** Atente-se à realização da Avaliação Atuarial, garantindo a organização e revisão devida do plano de custeio do Órgão, conforme disposto na Portaria MPS nº 402/2008 e na Lei Federal nº 9.717/1998;
- 10.10.3.** Diligencie junto ao Poder Executivo a fim de sanar definitivamente a ausência do Comitê de Investimento do FUNPREVIC e da nomeação dos membros do Conselho de Administração;
- 10.10.4.** Atualize imediatamente o Portal da Transparência do FUNPREVIC, de modo a dar cumprimento ao inciso VI, do art. 1º, da Lei nº 9.717/1998.



ACÓRDÃO Nº881/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.10.5. Realize a cobrança imediata das contribuições previdenciárias não recolhidas das competências de janeiro a dezembro de 2017, inclusive 13º salário, da Prefeitura Municipal de Caapiranga, com seus valores devidamente atualizados.

10.11 Dar ciência a todos os Responsáveis, Sr. Rafael Alberto da Silva Gomes, Sr. Jorge Silva da Costa, Sra. Darlene Nascimento Marques e Sr. Sebastião Nunes da Costa, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral